

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**



Trabalho de Conclusão de Curso

Rompendo o silêncio: o ensino de história como possibilidade para discutir as relações de gênero e o enfrentamento à homofobia no contexto escolar.

Letícia Campagnolo Cavalheiro

Pelotas, 2018

Letícia Campagnolo Cavalheiro

Rompendo o silêncio: o ensino de história como possibilidade para discutir as relações de gênero e o enfrentamento à homofobia no contexto escolar.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História, do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientador: Professor Doutor Edgar Ávila Gandra

Pelotas, 2018

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra

Orientador / UFPEL

Prof. Dr. Sebastião Peres

Docente / UFPEL

Dedico este trabalho aos educadores e educadoras que fazem da escola um espaço de construção, debate, acolhida e respeito à diversidade.

Agradecimentos

Gratidão à minha mãe Maria, pelo exemplo de mulher guerreira, pelo incentivo e apoio durante minha caminhada até aqui.

Gratidão a meu orientador e grande amigo, Edgar Ávila Gandra, pela disponibilidade, atenção e dedicação com que me conduziu na elaboração deste trabalho.

Gratidão aos meus queridos Franqueana, Janaína, Paulo César e Daniel pela amizade, parceria e cumplicidade.

Gratidão.

***"Viver e não ter a vergonha de ser feliz. Cantar a
beleza de ser um eterno aprendiz."
Gonzaguinha.***

Resumo

CAVALHEIRO, Letícia Campagnolo. **Rompendo o silêncio: o ensino de história como possibilidade para discutir as relações de gênero e o enfrentamento à homofobia no contexto escolar.** 2018. 51f. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Licenciatura em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

O presente trabalho versa sobre a questão do Ensino de História e a homofobia, emergiu como proposta definida/delimitada durante a realização dos estágios, no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, do curso de História – Licenciatura da UFPel. Nestes percebemos como esta temática se faz necessária na sala de aula, pois os estudantes demonstraram interesse significativo em conhecê-la e discuti-la, bem como, percebemos de forma concreta a dificuldade que esse tema encontra no contexto escolar. Ficou evidente que esse termo e outros sobre a temática da homofobia são consideradas, pelos estudantes, palavras com um sentido hostil e vinculados a preconceitos presentes na sociedade e reproduzidos no ambiente escolar sem a devida reflexão por parte dos educadores. Nesse cenário, o papel do ensino de História deveria ser utilizado no sentido de inclusão e debate. Um elemento que entendemos necessário para uma compreensão equilibrada dessa situação é ação frente ao debate sobre gênero e sexualidade na escola, pois, a educação é um processo que deveria visar a liberdade, o respeito a diferença. Enquanto não nos desafiarmos em trabalhar está temática, e tantas outras, contribuímos para a formação de pessoas não críticas, incapazes de lidar com realidades adversas, portanto com menor grau de tolerância na convivência social. A escola, dessa forma se torna reprodutora de práticas preconceituosas homofóbicas que acabam sendo mais legitimadas por não serem debatidas, dificultando o entendimento e a aceitação da diversidade na sociedade.

Palavras-chave: ensino de história; homofobia; relações de gênero; educação.

Abstract

CAVALHEIRO, Letícia Campagnolo. **Breaking the silence: history teaching as a possibility to discuss gender relations and to face homophobia in schools environments.** 2018. 51f. Final paper human science institute history department major in history Universidade Federal de Pelotas.

This work discourses about History teaching and homophobia and rose as a defined/designed proposal during the high school and middle school internships in Elementary School and High School, in History Major, at UFPel. During these internships, we felt how necessary this subject is in class, since the students showed significant interest in knowing and discussing it, as well as, we clearly perceived the difficulty that this theme finds in the school context. It is clear that this term and others about the homophobia subject are considered, by the students, words with a hostile sense and linked to prejudice present in society and reproduced in the school environment without proper reflection from the educators. In this scenario, the role of history teaching should be used in the sense of inclusion and debate. An element that we consider necessary for a balanced understanding of this situation is action facing the debate about gender and sexuality in school, because education is a process that should aim freedom and respect for difference. As long as we do not challenge ourselves to work this subject out, and so many others, we contribute to the formation of non-critical people, incapable of dealing with adverse realities, and therefore with less tolerance in social coexistence. The school thus becomes a reproducer of prejudiced homophobic practices that end up being more legitimized for not being debated, making it difficult to understand and accept diversity in society.

Key words: History of Teaching; homophobia; gender relations; Education.

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais;
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. Ambiente Escolar: Aprendendo a acolher e respeitar a diversidade ou reproduzindo violências e discriminações?	12
2. Conhecendo o lugar de fala e a produção de narrativas sobre a realidade da homofobia dentro do ambiente escolar	18
2.1. Discutindo a oficina como possibilidade para o debate em sala de aula	19
2.2. Construindo um panorama sob o olhar dos estudantes.....	20
2.3. Debatendo, discutindo e construindo novos significados.....	30
3. A disciplina de história como campo para a discussão sobre as relações de gênero e conhecimento dos processos históricos.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
FONTES.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo discutir como a disciplina de história pode contribuir no debate sobre as relações de gênero e o enfrentamento à homofobia no contexto escolar. Nossa proposta é perceber o silenciamento e a ausência dessa discussão no Ensino de História, destacando que por vezes ela é trabalhada como mero tema transversal, tratado apenas como um apêndice a ser lembrado em determinadas ocasiões, para nós, esta é uma temática que deve perpassar todos os conteúdos abordados em sala de aula.

Esse estudo também propõe-se a contribuir nas reflexões sobre o crescimento da homofobia nas escolas públicas brasileiras e as possibilidades para combater e/ou minimizar essa violência no espaço escolar. A proposta é somar-se a tantas outras pesquisas que vem contribuindo nesse sentido. Serão apresentados dados nacionais para uma visão mais ampla da temática em discussão, bem como os discursos de duas turmas do ensino médio da rede pública de Pelotas que responderam a um questionário.

A intenção da pesquisa não se constitui de uma temática inédita, vem juntar-se as mais variadas contribuições que esse tema já ganhou ao longo da história, desde vencer o tabu em falar sobre sexualidade até ocupar um espaço para a discussão sobre gênero e sexualidade na escola. Este estudo, ainda que de modo inicial, também pretende traçar um perfil dessas duas turmas sobre as violências geradas a partir da temática abordada. Para a realização de tais perfis foi aplicada uma oficina com o intuito de conhecer os discursos e experiências vivenciadas pelos estudantes.

Por fim, será apresentada uma discussão sobre a temática, inserida no ensino de história, procurando tornar a disciplina de História mais palpável à realidade dos alunos, com mais possibilidades de interação e sentindo-se sujeitos da mesma. Nessa perspectiva destacamos a importância de trabalhar as relações de gênero como uma tentativa de conhecer tal universo e minimizar e/ou combater preconceitos e discriminações, existentes dentro da escola.

1. Ambiente Escolar: Aprendendo a acolher e respeitar a diversidade ou reproduzindo violências e discriminações?

A escola se constitui em um lugar de sociabilidade, e como tal, reproduz relações existentes na sociedade, embora haja um esforço e empenho para que os estudantes possam interagir e se constituírem enquanto agentes transformadores da mesma. No entanto, a escola carrega todo esse tecido social que a compõe, muitas vezes camuflando seus preconceitos. Seffner (2016) vai nos dizer que a escola pode ser pensada em uma dupla chave: “como local de alfabetização científica e como local de sociabilidade, a sociabilidade do espaço público e dos ideais republicanos, que difere da sociabilidade familiar”.

Cumprindo esse duplo papel, vamos percebendo às inúmeras atribuições que a escola vai deparando-se, ficando impossibilitada de intensificar ações em vista de conteúdos pragmáticos seguidos à risca para dar conta de um plano que precisa ser alcançado ao final do ano. Já podemos identificar outras demandas fundamentais dentro de nossas escolas, discussões das temáticas sobre racismo, gênero, sexualidade, gravidez na adolescência... enfim uma lista infundável de assuntos que circulam os pensamentos e as realidades de nossos jovens e adolescentes. Tais demandas constitui-se de um campo de disputa entre docentes e alunos em prós e contras, muitas vezes há o interesse por parte dos alunos, em outras a escola acaba vendo-se acuada em trabalhar com as mesmas.

Quando fazemos uma rápida pesquisa na internet conseguimos quantificar notícias que demonstram os resultados pela omissão da temática, como o crescimento da violência e intolerância ao público LGBT. Podemos observar isso na pesquisa realizada em 2016 pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no interior de São Paulo que demonstrou que 32% dos homossexuais entrevistados afirmaram ter sofrido preconceito dentro das salas de aula alegando também que os educadores ainda não sabem reagir apropriadamente diante das agressões, que podem ser físicas ou verbais, no ambiente escolar¹. Os dados a seguir são da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil realizada em 2016, onde aponta que mais de

¹ Disponível em: http://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=38674

um terço de alunos LGBT sofreram agressão física na escola, estudantes lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) relataram que são agredidos dentro das escolas e que isso atrapalha o rendimento nos estudos. Nesta pesquisa podemos identificar inclusive a consequência destas omissões, já que alguns estudantes declararam que já cogitaram tirar a própria vida por causa de tais agressões. De acordo com a pesquisa 73% foram agredidos verbalmente e 36% foram agredidos fisicamente. Essa pesquisa foi apresentada na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados. O relatório foi elaborado pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT).

Podemos observar que tais números endossam as realidades já conhecidas no ambiente escolar, o que acontece de fato com estudantes LGBT, não nos referimos a violência, seja ela verbal, psicológica ou física, mas no que tal violência implica na vida desses estudantes, como as pesquisas demonstram índices de ausências e baixo rendimento, afinal não há motivação para frequentar tal espaço. Dessa forma, assim como sugere Seffner (2017) a escola não cumpre sua função social, enquanto local público, de ensinar a respeitar e acolher a diversidade. No contexto atual, com refluxos dos direitos e do respeito às minorias essa prática tende a se agudizar.

Por que crescem os índices de homofobia nas escolas públicas brasileiras? Primeiro porque enquanto Estado proibimos a discussão e a formação sobre uma temática muito mais ampla, sexualidade. Sendo porque enquanto escola, como profissionais ainda não estamos preparados ou não estamos buscando formação necessária na área. Cada disciplina tem como dever apresentar a discussão, pontua-la dentro do conteúdo trabalhado e relacioná-la a realidade dos alunos. O que caracteriza a homofobia, não apenas extrapola os limites chegando a agressão, piadas constrangedoras de colegas, de professores, e o próprio silenciamento em relação as mesmas também a caracterizam. Assim podemos arriscar dizer que a homofobia passa a ser não apenas consentida, mas também ensinada, produzindo efeitos devastadores na formação de todas as pessoas. Para Junqueira (2009)

“Ao ser não apenas consentida, mas também ensinada, a homofobia adquire nítidos contornos institucionais, tornando indispensáveis pesquisas que nos permitam conhecer a fundo as dinâmicas de sua

produção e reprodução nas escolas, bem como os seus efeitos nas trajetórias escolares e nas vidas de todas as pessoas. Somos também desafiados a construir indicadores sociais de homofobia nos sistemas escolares para, entre outras coisas, formularmos, implementarmos e executarmos políticas educacionais inclusivas”. (JUNQUEIRA, 2009, p. 16)

Na contramão dos dados apresentados anteriormente, o governo federal suspendeu o programa Escola Sem Homofobia, que pretendia combater a violência contra LGBTs nas escolas. A própria temática estava/está inserida nos PCN's como orientação sexual, a ser trabalhada como tema transversal, e, no entanto, foi criticada e retirada por municípios e estados sob a polêmica de “ideologia de gênero”. Há três anos observava-se um incentivo para trabalhar com tal temática, inclusive materiais eram disponibilizados pelo Governo Federal que lançou em 2004, o “Programa Brasil sem Homofobia. No entanto hoje acompanhamos um retrocesso, projetos de lei, munidos de fundamentalismo religioso são protocolados em assembleias legislativas e câmaras municipais, com o objetivo de proibir qualquer discussão sobre gênero e sexualidade na escola, referindo-se a uma prática de ideologia de gênero.

Nesse sentido cabe evidenciar que

“A educação escolar não obriga ninguém a ser nada em termos de gênero e sexualidade: nem heterossexual, nem homossexual, nem travesti ou transexual, nem assexual, nem bissexual. [...] A escola não legisla sobre o modo como cada um pretende organizar sua vida de gênero e sua vida sexual. A única tarefa da escola pública é ensinar a respeitar e acolher a diversidade”. (SEFFNER, 2017, p. 28)

Deixamos evidente que a escola não irá impor formatos de sexualidade em seus alunos, mas, sim, quer apontar uma educação para a diversidade, e se possível, criando condições dentro de nossas escolas que a comunidade educativa possa aprender e ensinar o convívio com as diferenças. Dessa forma, espera-se acolher, respeitar a diversidade existente na escola, a fim de que estudantes vivam sua sexualidade sem sofrimento, contidos e amedrontados, caso contrário, a mesma, acaba se constituindo em um lugar de discriminação, preconceito, agressão.

As discussões realizadas pelo Movimento Escola Sem Partido – MESP ganharam visibilidade em todo país, disseminando uma ideia de educação neutra. Esse modelo de educação não busca comprometer-se com a formação integral do aluno, ontem era a doutrinação marxista seu principal alvo, hoje a

ideologia de gênero, amanhã podem ser as mais variadas temáticas, realidades que afligem nossos adolescentes e crianças. Tais leis são criadas por profissionais que não estão no cotidiano das escolas e seus projetos são muito bem conhecidos, o enfrentamento ao modelo proposto requer uma contínua formação dos professores, com leituras, participações de debates, conhecimento da temática e o constante diálogo com os estudantes que veem na escola, muitas vezes, um espaço para falar sobre realidades que os angustiam, não conseguindo no ambiente doméstico abertura para realiza-lo. Calar é sermos cúmplices de crueldades e brutalidades vem acontecendo, cito o alto índice de suicídio na adolescência.

A legislação brasileira em 1928 previa a educação sexual na escola, embora com caráter higienista. Pode-se pensar que poderia começar por essa questão, pela própria atribuição, para iniciar uma discussão. Hoje por conta de inúmeros retrocessos que vivenciamos regredimos quando presenciamos o fortalecimento de um discurso conservador baseado entre um fundamentalismo religioso e um anticomunismo.

Dessa forma a educação brasileira enfrenta um grande desafio, em meio a esses fatores externos, preocupados em garantir uma educação neutra, pautada na homogeneidade, percebe-se a necessidade de aprendermos a lidar com as pluralidades existentes na escola.

“Conclui-se que tais argumentos mostram o quanto é necessário ir além de compreender a dimensão pessoal, social e política da sexualidade no espaço escolar, pois notadamente esse é o lugar onde se constrói a consciência da vida em grupo”. (LOURO, 2013, p.11 apud Costa)

Desafiada a trabalhar com esta pluralidade, novos desafios emergem, inclusive como a escola acolhe estes jovens e adolescentes que trazem consigo suas histórias de vida, suas experiências, isso importa à escola?

Cabe ressaltar, nesse sentido as reflexões sobre a diversidade cultural encontrada na escola e os múltiplos olhares necessários a essa reflexão, Dayrell (2001) contribui nessa abordagem e compreensão

“[...] o processo de ensino/aprendizagem ocorre numa homogeneidade de ritmos, estratégias e propostas educativas para todos, independente da origem social, da idade, das experiências vivenciadas. [...] A diversidade real dos alunos é reduzida a diferenças

apreendidas na ótica da cognição (bom ou mau aluno, esforçado ou preguiçoso etc.) ou na do comportamento (bom ou mau aluno, obediente ou rebelde, disciplinado ou indisciplinado etc.). A prática escolar, nessa lógica, desconsidera a totalidade das dimensões humanas dos sujeitos _ alunos, professores e funcionários - que dela participam". (DAYRELL, 2001, p. 139)

Dito isso, cabe perguntarmos, se a escola na função de proporcionar espaços, discussões e apreensões sobre as mais diversas realidades e experiências dos alunos, não acaba muitas vezes acaba reduzindo as possibilidades de poder trabalhar com essas diferenças conforme já exposto, no nosso entender, a escola também se constitui em campo de disputa ideológica e representativa. Se a escola não cumpre com seu papel de atender aos alunos nas suas especificidades, tratando todos sem cuidar as suas necessidades, teremos dificuldades ao precisarmos trabalhar questões como violência, homofobia, já que estas também podem prover de equívocos e pré-conceitos naturalizados pelos próprios alunos e professores.

O mesmo autor aponta uma outra perspectiva para compreender este espaço escolar, compreendendo os alunos como sujeitos socioculturais. Dayrell (2001) sugere uma compreensão por meio da diferença, propondo-se a entender a sua historicidade, com visões de mundo, escala de valores, sentimentos, emoções, desejos, projetos, com lógicas de comportamentos e hábitos que lhe são próprios. Quando conseguirmos realizar este movimento, de reconhecimento destes lugares de fala e vivência distintos também podemos criar ambientes favoráveis às discussões consideradas polêmicas.

Para a professora do Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE) da Ufscar, Viviane Melo de Mendonça

"[...] os estudos de gênero e sexualidade contribuem para levantar questões e pensar em ações na escola em uma perspectiva da educação para diversidade e, desse modo, para uma educação que combata a discriminação e preconceitos, as violências de gênero, violência contra mulher e a violência homo, lesbo e transfóbica. A escola tem que ser um espaço aberto à reflexão e de acolhimento aos alunos em sua individualidade e liberdade de expressão". (MENDONÇA, 2016)²

2

Disponível em:
http://www.saocarlosoficial.com.br/noticias/?n=Pesquisas+da+UFSCar+revelam+que+discriminacao+contra+homossexuais+esta+presente+nas+escolas+e+apontam+como+combate-la_EM88P4RUME

Cabe destacar que para tal promoção da diversidade e dos direitos humanos nas escolas, é imprescindível a formação de educadores num debate mais aprofundado sobre tais temáticas, a fim de que possam ser desmistificadas e desconstruídas imagens e resistências para trabalhar com diversidade sexual e suas formas de vivencia-la.

Fica evidente, depois dessa discussão, que a escola deva ser o lugar da produção de conhecimento que lance significado na vida de nossos estudantes e os ajude a conviver com as diferenças

“Mesmo com todas as dificuldades, a escola é um espaço no interior do qual e a partir do qual podem ser construídos novos padrões de aprendizado, convivência, produção e transmissão de conhecimento, sobretudo se forem ali subvertidos ou abalados valores, crenças, representações e práticas associados a preconceitos, discriminações e violências de ordem racista, sexista, misógina e homofóbica”. (JUNQUEIRA, 2009, p. 36)

Para o mesmo autor, a escola ainda é um espaço onde pode ser construído novos padrões de aprendizado Junqueira (2009), onde discussões podem e devem ser realizadas na tentativa de impedir tais violências e se assim não o forem que possam contribuir na minimização das mesmas, constituindo-se assim num lugar de compreensão e respeito pelo diferente e pela diversidade, dimensões fundamentais do processo educativo. Nesse sentido cabe lembrar que para tanto, faz-se necessário identificar e discutir a questão do embate de poder, o confronto e as perspectivas que os professores têm sobre a educação, bem como sobre a temática aqui problematizada.

A partir das abordagens aqui realizadas e destacando o papel fundamental da escola no enfrentamento à tais violências faz-se necessário, como aponta Pinsky (2015) entender como as concepções de gênero podem definir e legitimar relações de poder. Visto que as sociedades são estruturadas e se desenvolvem a partir de continuidades e rupturas. Dessa forma, cabe a nós, educadores e educadoras inserir-se no universo vivenciado pelos estudantes para analisar seus discursos e vivências e refletir sobre a percepção dos mesmos frente a temática em tela. Prática que realizaremos no decorrer do próximo capítulo.

2. Conhecendo o lugar de fala e a produção de narrativas sobre a realidade da homofobia dentro do ambiente escolar

Neste capítulo que discute a fala e a produção de argumentos dos alunos frente à temática que optamos fizemos a opção/desafio de mudar a narrativa acadêmica que vínhamos trilhando para uma forma de escrita aonde nos mesclamos/participamos do debate, ficará evidente na leitura esta nossa opção que achamos rica na medida que envolve a autora com sua pesquisa. Evidentemente temos presente as dificuldades daí advindas, no entanto achamos válido a tentativa que permite um diálogo mais franco, mais interativo com o universo de pesquisa, visto que também fomos partícipes da oficina que foi cerne no trabalho em apreço.

Antes de aprofundar a prática, considero importante historiar minha opção na abordagem da temática de gênero e ensino de história. Durante minha prática nos estágios, do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, do curso de História – Licenciatura da UFPel, pude perceber como a temática que sugiro a discussão, se faz necessária na sala de aula, e como os estudantes tem interesse em conhece-la e discuti-la. Esta experiência me possibilitou observar a dificuldade que os mesmos têm em falar sobre o assunto, muitas vezes expresso por eles, em tom mais baixo, como algo suspeito, muitas vezes agindo em forma de cobrança, como por exemplo, quando alguém pronuncia “lésbica”, soa como se a palavra se assemelhasse a um palavrão. O que só ressalta como essas denominações são atribuídas de forma hostil, com a finalidade de ofender o outro.

Nesse contexto, pude observar a escassez dessas necessárias discussões, e daí advieram alguns questionamentos, como discutir preconceitos como homofobia? É a própria nomenclatura é desconhecida? E se expressa como se não pudesse ser pronunciada? E, logo o é, pois, esta atitude se configura no que não queremos tratar, nas temáticas que preferimos que permaneçam veladas, para que daí não surjam questionamentos que não estejamos preparados e abertos para refletir.

A escola pode vir a se tornar um lugar de violência, ignorância e intolerância, quando deveria ser um espaço de construção, de diálogo, de

respeito, de tolerância, de conhecimento. Para isso, é fundamental falarmos sobre gênero e sexualidade na escola, é necessário educar para a liberdade, para a diferença, para o respeito e, para tanto, a escola é um lugar primordial para a formação, para a inserção de crianças e adolescentes à sociedade. Como aponta Zarbato (2015)

“[...] os caminhos a serem trilhados pelas pessoas que perpassam os corredores das escolas, em que a diferença de gênero, a alteridade dos sujeitos envolvidos no processo de formação de cada criança e jovem ofereça diferentes possibilidades de ver o mundo, compreendendo o diferente em sua singularidade, suas subjetividades, escolhas e não como exótico e estranho”. (ZARBATO, 2015, p. 51)

Enquanto a escola se privar de trabalhar a temática e tantas outras, pode vir a contribuir de forma problemática estimulando os alunos à depressão, incapazes de vivenciar livremente o que realmente sentem, pelo medo de serem vítimas da intolerância e violência, bem como potencializa práticas preconceituosas, homofóbicas que acabam sendo legitimadas por não serem discutidas e desconstruídas.

2.1. Discutindo a oficina como possibilidade para o debate em sala de aula

Na atividade que foi efetivada na escola parceira ficou visível a reflexão sobre o potencial de ensino para a temática em apreço. No entanto, houve dificuldades das mais variadas possíveis na fala dos alunos que procurei destacar agora. Primeiro visto trabalhar com jovens e adolescentes procurei conhecer o lugar de fala e obter discursos realizados pelos próprios estudantes. Foi aplicado um questionário, com perguntas relacionadas a temática, em seguida foi disponibilizado um curta do canal Põe na Roda do You Tube, E se fosse com você (Por que criminalizar a homofobia?). Após o vídeo foram discutidos elementos visualizados no curta que trouxeram novidade aos estudantes. Posteriormente os estudantes foram convidados a responder novamente o questionário observando suas respostas e se estas sofreriam alterações. Essa prática se constituiu em uma oficina, com duração de aproximadamente uma hora.

Para o questionário foram elaboradas as seguintes questões: Para você, o que é HOMOFOBIA?; Você já presenciou alguém sofrendo este tipo de

preconceito no ambiente escolar? Você já sofreu algum tipo de preconceito? Qual? O que isso representou? O que, na sua opinião, é necessário para acabar com a HOMOFOBIA? De que forma? Foram observados para identificação, o sexo, a idade (até 15 e acima de 15 anos) e a renda (um salário mínimo, até três ou acima de três salários mínimos) dos estudantes, não identificando nome.

A escola desde o início demonstrou interesse pela temática, grande parte dos professores a discutem abordando o assunto em sala de aula, o que é surpreendente, mas é necessário ter em mente que esta não é uma constante. A escola oferece momentos de formação e discussão para os docentes, pois acreditam ser necessário falar sobre a temática e ressaltam a importância da acolhida aos alunos, visto que já são excluídos pela sociedade, pela família, buscando muitas vezes na escola o lugar para serem ouvidos e compreendidos.

Embora tenha realizado meu estágio do Ensino Médio na escola em que foi aplicado o questionário, não tive nenhum contato anterior com as turmas entrevistadas. Foram escolhidas duas turmas aleatórias, um 1º ano e um 3º ano, do turno da tarde de uma escola pública da cidade de Pelotas-RS. Na turma do primeiro ano responderam o questionário catorze alunos, dez meninas e somente quatro meninos. No terceiro ano foram treze alunos, dez meninas e somente três meninos. Mesmo que a amostragem tenha lacunas pelo não equilíbrio de gênero fica evidente o potencial de análise que as respostas possibilitaram.

2.2. Construindo um panorama sob o olhar dos estudantes

Para conhecermos a realidade desses estudantes vamos abordar algumas falas que ganham destaque em relação a atividade proposta. Dividiremos os discursos em dois blocos, um anterior à exibição do curta, e um posterior, comparando algumas falas que sofreram alterações em decorrência da discussão e debate realizados com os estudantes. Na primeira questão, pede-se para que definam o conceito de homofobia. Na turma do 1º ano, totalizaram catorze estudantes que responderam o questionário. Acompanharemos os discursos que podem ser considerados conhecedores de discussões, munidos de reflexões e que pode-se observar determinado conhecimento: *“É preconceito com gays, lésbicas e etc”*; (aluna A e C - 1º ano) *“Não saber respeitar a escolha*

sexual das outras pessoas". (aluna G - 1º ano) "*Não ter respeito com o próximo, não respeitar o jeito de ser do próximo*". (aluna H - 1º ano) "*Homofobia é preconceito*". (aluna J - 1º ano) "*Aquelas pessoas que são contra os LGBTs*". (aluno A - 1º ano) "*Ser preconceituoso com a escolha de outra pessoa*". (aluno B - 1º ano). É importante ressaltar que mesmo respostas bastante objetivas não representam um total domínio da discussão ou até mesmo aprofundamento da mesma, mas vale lembrar que são conhecedores da nomenclatura. Em alguns casos, identificamos que os estudantes dominam a temática, inclusive posicionando-se sobre a questão: "*É um ato praticado por pessoas que não aceitem que alguém tenha um comportamento diferente do seu, ou por falta de informação, de educação ou simplesmente por ignorância*". (aluna B - 1º ano) "*Homofobia para mim é quando as pessoas não aceitam a opção sexual das pessoas e ficam criticando ou até mesmo agredindo essas pessoas*". (aluna D - 1º ano) "*Se dá ao nome homofobia a todo tipo de preconceito, com gays, lésbicas, tanto verbal, quanto física*". (aluna F - 1º ano). Cabe ressaltar que as contribuições, consideradas por mim mais completas, são realizadas pelas meninas, que aparentam serem mais conhecedoras deste universo, em relação aos meninos. Parecem sentir-se mais confortáveis ao responder.

A seguir vamos acompanhar argumentos que podemos identificar alguns equívocos ou até mesmo confusões sobre a pergunta: "*É um ato de preconceito por alguém que não conhece do assunto*". (aluna E - 1º ano). A fala desta aluna pode ser entendida como uma consequência, no entanto fica supostamente entendido que quando não compreende-se o assunto ou a temática abordada a expressão do preconceito parece ser aceita, como se o desconhecimento do assunto, assim intitulado pela estudante, fosse a justificativa para o preconceito e conseqüentemente para a agressão, seja ela, física, verbal, psicológica ou outra.

Na fala de outra estudante podemos identificar um grande equívoco e porque não dizer total desconhecimento da temática. O que muitas vezes acreditamos estar sendo discutido, nessa resposta percebemos que é aplicada inversamente, como podemos observar: "*São pessoas que sentem atração por pessoas do mesmo sexo*". (aluna I - 1º ano) .

É dito de nota registrar as respostas dos estudantes que não demonstraram iniciativa, interesse, motivação ou segurança para escrever sobre a questão, não sentiram-se confortáveis para expor o que compreendiam sobre a temática. Nesse caso muitas hipóteses podem ser levantadas, a que arrisco escrever se deve ao fato, de realmente não ter segurança sobre a temática, não dominar a discussão da mesma, acabando temer por escrever ideias e concepções que poderiam denomina-lo, enquadra-lo como discriminatório e/ou preconceituoso, como podemos observar: *“Não gostaria de opinar sobre isso, porque eu não passei por isso e não sei explicar, só quero falar pelas pessoas que já sofreu não quero colocar palavras na boca e falar algo errado melhor perguntar para alguém que tenha passado por isso”*. (aluno C - 1º ano). Apenas um estudante não respondeu esta questão na turma do primeiro ano, (aluno D - 1º ano), caberia aqui refletirmos sobre quais razões levariam um estudante a se indispor em responder tal pergunta. Como autora uma questão ficou latente em referência ao desconhecimento da temática e o por que das lacunas na respostas frente a determinados questionamentos, o que nos faz calar diante de algumas interrogações, por que muitas vezes preferimos o silêncio? Isso acontece diante de situações que presenciamos? Quando pensamos a escola como lugar de discussão, debate e construção do diálogo, é preocupante quando nossos estudantes não se sentem à vontade ou com condições para fazê-lo.

Continuando na mesma questão, vamos expor as respostas da turma do 3º ano, que totalizaram treze estudantes. Continuando na mesma perspectiva vamos apresentar os discursos que podem ser considerados conhecedores de discussões, munidos de reflexões e que pode-se observar determinado conhecimento. Aqui todos, sem exceção são conhecedores da realidade apresentada, desenvolvendo suas respostas com propriedade e domínio da temática: *“O preconceito contra pessoas que escolhem ter relações “diferentes” com outras pessoas. Por exemplo, uma mulher que se relaciona com outra”*. (aluna A - 3º ano) *“É basicamente uma pessoa que não suporta homossexuais, então ela se denomina uma pessoa homofóbica”*. (aluna F - 3º ano) *“Preconceito contra gays, lésbicas, trans, etc”*. (aluna J - 3º ano) (aluno C - 3º ano). *“Preconceito, não gostar, não aceitar o gênero sexual de uma pessoa. Não aceitar e não respeitar o modo de vida do próximo”*. (aluna B - 3º ano).

Alguns estudantes demonstraram um conhecimento mais amplo, exemplificando as formas existentes em que a homofobia é praticada na sociedade: *“Agressão física e verbal ao homossexual”*. (aluna C - 3º ano) *“Agressão verbal e física ou qualquer pessoa do grupo LGBT”*. (aluna D - 3º ano) *“Ato de agressão física ou até mesmo verbal ao homossexual”*. (aluna E - 3º ano) (aluna G - 3º ano). *“Homofobia é a intolerância ao relacionamento de pessoas do mesmo sexo, ou melhor, é a intolerância referente a orientação sexual de uma pessoa que difere do padrão imposto pela sociedade”*. (aluna H - 3º ano). *“Desrespeito, violência, indiferença ou “desamor” com alguém que apenas exerce o seu direito de ter sentimentos por quem preferir”*. (aluna I - 3º ano). *“É um ato de ofender, insultar, desrespeitar uma ou mais pessoas homossexuais, bissexuais, ou seja, pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo”*. (aluno A - 3º ano). *“Violência verbal ou física contra homossexuais”*. (aluno B - 3º ano). *“Agredir fisicamente ou verbalmente um gay ou uma lésbica”*. Embora alguns tenham respostas mais completas e outras sem muito aprofundamento, é possível perceber a segurança com que posicionam-se, demonstrando conhecimento e argumentos para falar sobre a temática em questão.

A questão seguinte, interrogava os estudantes sobre o que mais discutimos no presente trabalho, consistia em relatar se já tinham presenciado alguém sofrendo a homofobia no ambiente escolar. Os estudantes do 1º ano, assim dividiram-se, um a mais da metade respondera que já havia presenciado, como podemos observar na sequência: *“Sim, tenho um amigo que é trans, e ele tinha jeito bem feminino e todos riam muito disso”*. (aluna A - 1º ano) *“Já infelizmente inúmeras vezes, desde quando eu era pequena (e morava em outra cidade) até mesmo este ano. Deboches, risadas, agressão verbal etc”*. (aluna B - 1º ano) *“Sim, ficavam rindo do colega meu por ter jeito feminino”*. (aluna C - 1º ano) *“Sim”*. (aluna D - 1º ano) *“Sim, várias vezes por meio de brincadeiras ou grupinhos que cometem isso, e leva muitas vezes a pessoa se sentir constrangida”*. (aluna F - 1º ano) *“Sim, uma vez um colega de aula foi motivo de chacota”*. (aluno A - 1º ano). *“Já muitas vezes”* (aluno B - 1º ano). Alguns inclusive relatam quais teriam sido as formas impressas por este preconceito, por meio de risadas, piadas, brincadeiras, por apresentar um jeito mais feminino. Apontam

também o que isso teria representado na vida desses colegas e/ou amigos, citando o constrangimento.

Talvez o ambiente escolar algumas ações estão tão naturalizadas, como por exemplo piadas e comentários com teor homofóbico que não ajudam a identificar o preconceito diluído nas práticas cotidianos no contexto de ensino e aprendizagem. É significativo essa reflexão pois a outra metade da turma relatou não ter presenciado tal situação, como podemos apontar nos relatos: “*Não conheço nunca vi um ato de homofobia*”. (aluna E - 1º ano) “*Não*”. (aluna G - 1º ano) “*Não*”. (aluna H - 1º ano) “*Não*”. (aluna I - 1º ano) “*Não*”. (aluna J - 1º ano) “*Não*”. (aluno C - 1º ano) “*Não*”. (aluno D - 1º ano). Esta mesma turma, convive e frequenta os mesmos espaços dentro do ambiente escolar, e apresentam-se desconhecedores de tal realidade, o que os levaria a negligenciar tal situação, ou de fato, nem todos frequentam os mesmos espaços, embora a escola não dispunha de muitos ambientes para a convivência dos estudantes. Aqui não estamos tratando apenas do silenciamento de tal violência, mas, podemos arriscar dizer, estamos diante de uma naturalização de tal realidade, já que piadas, brincadeiras e afins são consideradas não só na escola, mas em outros ambientes, como aceitáveis, e por isso não conseguimos identifica-las como agressivas e invasivas. O fato de não discutirmos tal temática, cristaliza atitudes e aprofunda tais sofrimentos.

O cenário relatado pelo 3º assim pode ser representado, mais da metade da turma relatou que já havia presenciado atos de homofobia: “*Sim*”. (aluna A - 3º ano) “*Sim, por conta de uma colega beijar meninas no banheiro*”. (aluna D - 3º ano). “*Sim diversas vezes. Mas verbalmente, como se fosse uma brincadeira*”. (aluna E - 3º ano). “*Sim, muitos fazem piadas, excluem do meio social, entre outras coisas*”. (aluna F - 3º ano) “*Sim, sendo depreciado constantemente pela sua opção sexual, sendo excluído de atividades*”. (aluna G - 3º ano) “*Sim, várias vezes, principalmente no ensino fundamental em que alguns meninos chamavam os outros de gay, viado*”. (aluna I - 3º ano) “*Sim*”. (aluna J - 3º ano) “*Já. Alguém usando palavras ofensivas em direção à algumas pessoas. Por causa de roupas, jeito de ser*”. (aluno C - 3º ano). Reaparecem as brincadeiras e as palavras consideradas ofensivas, contudo podemos acrescentar dois elementos diferentes que podem ser percebidos aqui, o primeiro observarmos a experiência já realizada, entre as meninas, e no caso

do relato, isto teria gerado preconceito. E o segundo são as consequências oriundas de tal ação preconceituosa percebidas pelos estudantes, como a exclusão de atividades e o isolamento nos círculos de convívio. Realidade que nada diferem do cenário nacional apresentado no primeiro capítulo, mas que endossam com discursos factíveis a realidade da situação escolar em relação a esta temática. O restante na turma respondeu com uma simples resposta negativa: “*Nunca*” (aluna B - 3º ano) “*Não*”. (aluna C - 3º ano). “*Não*”. (aluna H - 3º ano) “*Não*”. (aluno A - 3º ano) “*Não*”. (aluno B - 3º ano). Ficando evidente mais uma vez a ausência de tal percepção e/ou o silenciamento frente aos cenários de violências.

A terceira questão buscava discutir que outros tipos de preconceito esses estudantes teriam sofrido, sendo uma pergunta destinada a eles mesmos, podendo nomina-los e relatar o que isso teria representado em suas vidas. Os estudantes do 1º ano assim descreveram suas experiências: “*Sim, por ser negra e gorda. Bom no início me machucava mais com o tempo acabei me acostumando com isso mais isso não acontece mais*”. (aluna A - 1º ano) “*Sim, racial, HOMOFOBIA e bullying (veio junto com tudo). Me mostrou que mesmo com tamanha informação, há pessoas que ainda tem um pensamento ultrapassado e preconceituoso*”. (aluna B - 1º ano) “*Sim, por ser negra, botavam vários apelidos bobos. Pra mim no início eu ficava muito mal sem vontade de ir pra aula, mas com o tempo fui percebendo que pessoas assim não merecem ficar perto de mim*”. (aluna C - 1º ano) “*Eu acho que sim, quando menor, mas eu nunca sentia como realmente um preconceito por ser magra e alguns apelidos*”. (aluna F - 1º ano) “*Sim por quase sempre eu ser a única menina num jogo de futebol, por eu ser magra*”. (aluna G - 1º ano). O preconceito racial aparece mais de uma vez, seguido da homofobia, bullying, outros referentes aos padrões de belezas instituídos pela sociedade também afligem estes estudantes, preconceitos de gênero ao sentir que as pessoas ficam incomodadas por estar praticando alguma atividade considerada masculina.

Esses relatos evidenciam o quanto essas realidades afetam esses estudantes, ficando sem motivação para frequentar a escola, pois esta, constituía-se em mais um local de consolidação de práticas discriminatórias. Grande parte da turma relatou não ter sofrido nenhum tipo de preconceito: “*Não*” (aluna D - 1º ano) “*Nunca sofri nem um ato de preconceito*”. (aluna E - 1º ano)

“Não”. (aluna H - 1º ano) “Não”. (aluna I - 1º ano) “Não”. (aluna J - 1º ano) “Não”. (aluno A - 1º ano) “Não”. (aluno B - 1º ano) “Não”. (aluno C - 1º ano) “Não”. (aluno D - 1º ano). E aqui cabe perguntarmos, realmente não sofreram nenhum tipo de preconceito? Foram silenciados? Ou não conseguem identificar o que constitui uma prática preconceituosa de brincadeiras e afins.

Seguindo na mesma questão, vamos acompanhar as realidades vivenciadas pela turma do 3º ano: *“Sim, por colegas que descobriram que eu me relaciono também com meninas, e falando isso para toda turma sem demonstrar respeito algum”*. (aluna A - 3º ano) *“Sim, por conta, de um problema nos olhos relacionado a minha pálpebra. Me sinto chateada quando alguém fala mal, antes ficava muito triste porém agora é mais de boa”*. (aluna D - 3º ano) *“Nunca cheguei a ser agredida por esse motivo, mas recebo vários olhares na rua por andar de mão com outra menina. As vezes as pessoas tentam nos ofender com apelidos como “machorra”, “sapata”*. (aluna E - 3º ano) *“Sim, quando criança eu sofri preconceito pela minha condição financeira e pela minha aparência e pelo tom da minha pele no verão”*. (aluna G - 3º ano) *“De certa forma, sim. Por ser bissexual, muitas vezes escuto piadinhas (muitas vezes machistas) e alguns tipos de desrespeitos. Basicamente nada que acabe me afetando de uma forma mais grave mas fico chateada com esses posicionamentos”*. (aluna H - 3º ano) *“Sim, pela aparência e altura, mas apenas no ensino fundamental, e por ser muito quieta”*. (aluna I - 3º ano) *“Sim, bullying pela minha antiga aparência e tipo físico que não representava os padrões de beleza”* (aluna J - 3º ano) *“Preconceito racial. Durante minha infância eu sofri de bullying e violência na minha comunidade”*. (aluno A - 3º ano) *“Palavras ofensivas; representou que alguns seres humanos são idiotas, que julgam sem realmente saber. Julgam rótulos e não pessoas, porque eu e muita gente somos pessoas! Não é nada legal ser rotulado por coisas que apenas aparentam ser”*. (aluno C - 3º ano).

Ao contrário da turma do 1º ano, nesta turma a maioria relatou experiências de preconceito na escola, podemos endossar alguns, bullying, preconceito racial, de classe, homofobia, alguns por vivenciarem relacionamentos homoafetivos. Outros como não corresponder a padrões de beleza, julgamentos por aparência, o que costumamos chamar de rótulos. Isto teria resultado em sentimento de tristeza, chateação, deixando-os tristes. Chama a atenção que alguns demonstram ter aprendido a conviver com a realidade,

acostumando-se com tais preconceitos, talvez na ilusão de que pudessem ter fim, no entanto o que percebe-se são sinais de continuidades dessas discriminações, e novas formas de encarar tais realidade desenvolvidas por estes estudantes. Foram poucos aqueles que não relataram nenhuma experiência de discriminação: “Não”. (aluna B - 3º ano) “Não” (aluna C - 3º ano) “Não” (aluna F - 3º ano) “Nunca”. (aluno B - 3º ano). Aqui cabe a mesma reflexão realizada para a turma anterior. Essa questão apresentou quais violências perpassam a realidade desses estudantes e como reagem frente à essas situações, como a escola se preocupa com este cenário, que metodologias podem ser utilizadas para favorecer ambientes mais saudáveis à esses adolescentes? O ambiente pensado para o ensino e aprendizado disputa espaço com cenários de intolerância, violência e discriminação, o que isto reflete? O que nos alerta?

A última questão, depois de conhecer as experiências e os conhecimentos dos estudantes, se propunha a coletar quais ações seriam necessárias para acabar com a homofobia. A seguir as contribuições da turma do 1º ano: “*Se cada um respeita-se a escolha do outro não teria isso. As pessoas tem que parar desse preocuparem com a vida dos outros e aceita o estilo de vida de cada um*”. (aluna A - 1º ano) “*Sinceramente, do fundo do meu coração, eu acho que é praticamente impossível acabar com essa intolerância que ainda existe, esse desamor ao próximo, e rancor que as pessoas guardam. Triste, por ter que dizer isso, mas no meu ponto de vista infelizmente é assim*”. (aluna B - 1º ano) “*Se tivesse respeito acho que não precisaria de mais nada, mas infelizmente tem pessoas que não leva essa palavra pra vida*”. (aluna C - 1º ano) “*Acho que para acabar com a homofobia as pessoas deveriam aprender a respeitar as pessoas e que deixam elas serem do jeito que elas se sentem bem*”. (aluna D - 1º ano) “*Cada um respeitando seu semelhante eu acho que cada um conversando e respeitando as pessoas ficam pertos de nós. Para todo mundo respeitar seu semelhante*”. (aluna E - 1º ano) “*Respeito acima de tudo, se tivesse isso em todos os momentos não precisaria de nada mais, infelizmente muitas vezes não temos isso*”. (aluna F - 1º ano) “*É necessário o respeito, sabendo respeitar o espaço do outro*”. (aluna G - 1º ano) “*Ter respeito com o próximo*”. (aluna H - 1º ano) “*Não sei dizer. Só sei que para mim ninguém é diferente, todo mundo é igual e merece respeito*”. (aluna J - 1º ano) “*Acabar com a desigualdade mundial*”.

(aluno A - 1º ano) *“Acabar com a desigualdade mundial. Usar a empatia”*. (aluno B - 1º ano) *“Ter respeito, educação e respeitar o próximo”*. (aluno C - 1º ano) *“Ter respeito por todos”*. (aluno D - 1º ano). Praticamente toda a turma redigiu suas considerações empregando o elemento do respeito, num cunho bastante politicamente correto, num discurso em que todos somos iguais. Parece que sabemos que precisamos respeitar a todos nas suas individualidades, mas como fazemos isso, como aprendemos isso, onde aprendemos? Em que critérios está pautado o respeito, ele é obrigatório?

Respeito, mas como fazemos isso, por que alguns sentem-se incomodados com a maneira com que outros vivenciam sua sexualidade, o que está implícito nesse incômodo? O que difere na maneira com que uns respeitam e outros não? Ou melhor por que uns respeitam e outros não, onde estamos falhando? Apenas uma estudante esboçou uma contribuição diferente, além das que haviam sido mencionadas, sugerindo: *“Acho que palestras, pessoas cuidar mais de si ao invés de praticar esse preconceito. Acho que cada um deveria cuidar mais da sua sexualidade”*. (aluna H - 1º ano). Embora não tenha aprofundando que tipo de palestras, mas entende-se um indício de pensarmos além do respeito, propondo diálogos e debates.

Nas falas é importante refletir as ações expostas, pela turma do 3º ano, observando quais ações julgaram necessárias para o enfrentamento à homofobia: *“A melhor aceitação sobre o assunto, o respeito e a consciência de que as escolhas de outra pessoa não interessa a outros”*. (aluna A - 3º ano). *“É necessário que as pessoas se conscientizem que não é apenas o estilo de vida delas que existe. Sabendo respeitar as diferenças, mesmo que não goste. Se não gosta que façam com você, não faça com os outros”*. (aluna B - 3º ano) *“Respeitar o limite do outro, tanto hétero como homossexual sem benefícios ou vitimismo”*. (aluna C - 3º ano). Nestas três manifestações podemos identificar respostas semelhantes à turma do 1º ano, quando enfatizam a questão do respeito, da reciprocidade e a necessidade de buscar compreender tal temática.

O que na turma anterior teria sido um esboço de como reagir frente à essa violência, nesta turma os estudantes desenvolveram ações, inclusive demonstrando quais espaços, as mesmas poderiam estar acontecendo: *“Palestras e ações que falam sobre o tema. Muitas vezes, por conta da criação ou até mesmo religião muitos tem esse tipo de preconceito, por conta disso,*

deve-se apresentar mais informações para estes". (aluna D - 3º ano) *"Não acho que a homofobia irá acabar, apesar das pessoas nascerem com a mente mais aberta. É tudo uma questão de tempo e aceitação"*. (aluna E - 3º ano) *"Mais conscientização porque não importa o que a pessoa é, todo mundo tem que respeitar, por isso é bom ter palestras nas escolas e tudo mais, mostrar que se homossexual é normal e não podemos nos tornar homofóbicos"*. (aluna F - 3º ano) *"É necessário melhorar a educação nas escolas, ensinar que não há nada de errado quando se trata de amor/afeto"*. (aluna G - 3º ano) *"Respeito e consideração. Acima de tudo, somos todos seres humanos e evitar comentários maldosos, agressivos e até mesmo a agressividade já é uma ótima saída para isso"*. (aluna H - 3º ano) *"A forma de criação dos pais é algo que na minha opinião influencia muito, o professor em sala de aula das séries iniciais falar sobre o assunto, falar que todas as formas de amor são aceitáveis"*. (aluna I - 3º ano) *"É necessário que as pessoas abram a mente e passem a reconhecer qualquer forma de amor"*. (aluna J - 3º ano). *"Conversar com as pessoas que são homofóbicas e falar que os gays e lésbicas também são seres humanos assim como eles"*. (aluno B - 3º ano). Novamente a sugestão de palestras reaparece, sendo citada como forma de conhecimento, para então conhecer e discutir tal assunto, no sentido de conscientização. Outros elementos que merecem destaque, são a família e a religião, que para os estudantes são falhas nas informações, ou no próprio entendimento. Para estes estudantes a formação é um caminho fundamental para o combate ao preconceito, nesse sentido sugerem uma melhoria na educação das escolas, alegando não existir nada de errado tratando-se de amor/afeto. Somando-se a isso, corroboram a maneira como são educados em casa e o papel do professor em pronunciar-se em sala de aula. É possível perceber, que os discursos acima, contemplam o que já fora trazida pela turma anterior, ressaltando a importância do respeito, tolerância, mas estes estudantes deram um passo adiante ao elencar possibilidades para o enfrentamento da homofobia, e estes conseguem identificar em quais espaços encontram abertura para tal diálogo e fica evidente que a escola constitui-se num desses espaços, embora na realidade descrita pelos estudantes, também seja espaço de produção e reprodução dessas violências. Identificamos mais contribuições que precisam ser observadas, pois são frutos de um modelo de sociedade que não reconhece as diversidades e diferenças: *"Ignorar qualquer*

classificação. O racismo e a homofobia sempre existirão enquanto houver classificações como “branco”, “preto”, “gay”, etc. Somos todos homens e mulheres e mais importante, somos humanos”. (aluno A - 3º ano) “As pessoas respeitarem as outras pessoas, cada um cuidar de si e não julgar a escolha do outro. Não rotularem. Não ver o que só parece ser, porque nem tudo o que parece é. O ser humano precisa ver todos como humanos”. (aluno C - 3º ano)

O que tais respostas representam numa sociedade onde buscamos direitos e respeito pelas nossas diferenças e individualidades, pelas mais diversas formas de expressar os desejos, amores e afetos, um discurso de homogeneidade, de uma suposta igualdade inexistente. Logo se formos todos iguais não precisaremos de políticas públicas que respeitem e garantam nossos direitos.

2.3. Debatendo, discutindo e construindo novos significados

Após terem preenchido o questionário, foi disponibilizado então o curta, com duração de seis minutos, o mesmo apresentou pessoas que já sofreram homofobia, com depoimentos de transexuais, gays, lésbicas, bissexuais e heterossexuais, problematizando a criminalização da homofobia. O material apresentou cenas dessa violência, bem como dados estatísticos, como por exemplo, a cada 28h um LGBT é morto, a expectativa de vida de um transexual é de 36 anos, que impactaram os estudantes, ao fim do curta foi lançado um questionamento ao público ouvinte: E se fosse com você?

Em seguida foi motivado um breve debate, no início sugerindo que trouxessem elementos desconhecidos observados no curta, posteriormente outros elementos que corroboraram com a temática, trazendo experiências no círculo de amizades, da família e da escola. Ficaram impactados com os dados apresentados, expressaram não conhecer tais estatísticas. As meninas, em sua maioria, expuseram-se, já que dos vinte e sete entrevistados, vinte eram meninas. A grande maioria demonstrou interesse em participar do debate, muitos trouxeram experiências próximas, com exemplos de amigos e família e das dificuldades enfrentadas por esse público para a vivência de sua sexualidade. Essa discussão teve como objetivo o conhecimento, o debate e o diálogo, a fim de tornar algo que até então era totalmente desconhecido em algo

passível de entendimento e conhecimento para evitarmos e/ou minimizarmos preconceitos e discriminações.

Depois desse diálogo foi aplicado novamente o mesmo questionário, com a orientação de que relessem as questões e as refizessem. No entanto foi pedido que observassem e ficassem atentos às suas respostas, o que responderam anteriormente associado ao que ouviram e discutiram sofreu alguma alteração, alguma compreensão foi modificada. Este exercício quer auxiliar nas possíveis reflexões para a abordagem da temática em questão. O que modifica, o que faz com que nossa maneira de ver determinadas realidades seja alterada, o que faz com que nos sintamos mais à vontade para falar das violências que já sofremos, como sabemos que sofremos preconceitos, discriminações, é quando nos sentimos pressionados, impactados, quando mudamos nossos olhares.

Não temos a pretensão de esgotarmos a temática num primeiro contato, mas podemos apresentar alguns avanços possíveis quando tratamos a temática com seriedade e comprometimento como sugere Zarbato (2015) problematizando o natural, com a intenção de desconstruir estereótipos para fundamentar novas relações e pertencimentos do universo que apresentam-se na escola. E que inserem nas mentes e corpos das pessoas, das sexualidades, significados para as suas trajetórias, num processo histórico de reformulação de conceitos e preconceitos.

Para tanto, um dos primeiros elementos a ser abordado é a questão do conhecimento, como o contato com o universo em discussão possibilitou um maior entendimento do assunto, como foi possível observar na fala da (aluna C - 1º ano), que antes do vídeo e da discussão teria definido a homofobia como *“Preconceito com gays e lésbicas”*, posteriormente teria escrito: *“Preconceito com pessoas que não gosta do mesmo sexo que o nosso, pessoas que vê esse tipo de situação como algo anormal”*. Aqui é possível perceber como ampliou-se o entendimento da definição, indo muito além do preconceito com gays e lésbicas, citando inclusive como as pessoas homofóbicas definiriam tal preconceito. Um dos meninos, (aluno A - 1º ano), teria expressado que já havia presenciado este tipo de preconceito na escola, antes do vídeo e da discussão assim elaborou sua resposta: *“Sim, uma vez um colega de aula foi motivo de chacota”*. Ao passo que no segundo questionário ele evidencia explicitando o motivo da chacota, *“Sim, um colega que sofreu chacota por ser gay, pela roupa*

que ele usava". Percebe-se que anterior a discussão e o vídeo ele fala de como este colega foi ridicularizado, mas em nenhum momento utiliza-se do termo gay, é possível observar a própria resistência em proferir a palavra para endossar o seu discurso. Quando a questão se referiu ao ter sofrido algum tipo de preconceito e o que teria representado, pós-vídeo são interessantes algumas considerações. A (aluna A - 1º ano), fala de como isso teria a machucado, mas que ela teria se acostumado, posteriormente ela expressa: *"A me machucava e deixava cair minha autoestima"*.

O fato dela ter se acostumado e ter expressado que tal discriminação a teria machucado não significa que estaria tudo superado, mas podemos arriscar dizer que o impacto dos depoimentos, fez com que ela refletisse sobre o que de fato, teriam provocado nela esses preconceitos. Podemos identificar algumas dificuldades dos estudantes em definir o que é um preconceito, como podemos acompanhar na fala da (aluna F - 1º ano), antes ela teria expressado que quando pequena teria sofrido preconceito por ser muito magra, dizendo não ressoar como um preconceito, pós-vídeo ela ressalta: *"Acho que não, não um 'preconceito'"*. Aqui observamos como o fato de não desenvolvermos discussões e ações sobre temáticas mais amplas reverberam em discursos como este, onde os estudantes não conseguem identificar se são vítimas de preconceito ou discriminação, o desconhecimento da atitude pode levar a uma prática discriminatória onde se intensifica a violência e reduz a possibilidade de minimizá-la ou combatê-la.

Os próprios estudantes sugerem algumas atitudes e ações para o combate a homofobia e delineiam algumas considerações relevantes, como por exemplo, a (aluna B - 1º ano), que antes da discussão e do vídeo expressa ser praticamente impossível acabar com a homofobia, posteriormente assume outra postura: *"A criminalização de fato ajudaria, eu pensei em responder isso no questionário anterior, porém, da quase na mesma, pois se penalizar adiantasse por completo, não existiriam mais racistas, machistas ou ao menos faria essas pessoas guardarem essa ideia ultrapassada pra si mesmas"*. Apontando conhecimento de ações que tramitam para assegurar direitos, mas que desconhece a efetivação e a garantia dos mesmos. Nesta questão ganha destaque a contribuição de dois alunos o (aluno A e B - 1º ano), anterior ao vídeo podemos dizer que suas respostas foram mais generalizadas, justificando que

acabar com a homofobia implica antes acabar com a desigualdade mundial, no questionário seguinte é possível perceber um pouco mais de reflexão, como podemos identificar: *“Acho que as pessoas se preocupam muito com os outros, e por isso acontece a homofobia”* e outro *“Usar a empatia, acabar com o preconceito, somos todos iguais, negros, brancos, gays e héteros”*. Embora tal reflexão insista em permanecer na preocupação com a vida dos outros e utilizar-se do discurso de que somos todos iguais, com estes elementos mais próximos à temática conseguimos estabelecer uma relação e discussão sobre a questão proposta. Os (alunos C e D - 1º ano) não responderam o segundo questionário, cabe aqui questionar é incômodo falar sobre tal temática? Não me sinto à vontade para discorrer sobre o tema? O que me impede de fazê-lo? Tais questionamentos são fundamentais para pensarmos com aqueles estudantes que não demonstram interesse pela temática, e que não sofreram nenhum tipo de preconceito.

Os estudantes do 3º ano na primeira vez em que preencheram o questionário mostraram um determinado domínio da temática, trazendo exemplos e desenvolvendo suas respostas, o que pode ser apontado como elemento importante após a exibição do curta e a discussão são algumas respostas que passam a adquirir um aspecto de depoimento, como podemos observar na questão referente a presenciar alguém sofrendo a homofobia na escola, a (aluna B - 3º ano), no questionário anterior escreveu que nunca, no entanto no questionário seguinte assim escreve: *“Sim, olhares e piadas frequentes para quem é do meio LGBT”*, a resposta que anteriormente parecia bastante objetiva agora nos demonstra até mesmo a frequência dos olhares e piadas, ou seja, a homofobia está presente e, por vezes, parece disfarçar-se para que não a identifiquemos. Já a (aluna D - 3º ano), antes do vídeo, diz que já presenciou a discriminação por conta de uma colega beijar meninas no banheiro, depois do vídeo e da discussão ela acrescenta: *“Sim, por conta de um colega beijar outra no banheiro e também por outra se vestir como menino, mesmo sendo menina”*, além do encontro que acontece no banheiro tem o estereótipo da roupa que fixa cada sexo em seu lugar, ou seja, situações, realidades latentes e porque não dizer gritantes a serem discutidas.

Do mesmo modo acontece com as (alunas E e G - 3º ano), a primeira antes da discussão escreve que já teria presenciado tal situação e que poderia ser entendida como uma *“brincadeira”*, já no segundo questionário escreve: *“Sim, com e “brincadeiras” de mal gosto”*. O que antes era utilizado por ela como se fosse uma brincadeira, agora ela afirma e acrescenta à brincadeira o seu teor, de mal gosto. A segunda a (aluna G - 3º ano) acrescenta à sua fala outras formas de discriminação: *“Sim, recebendo apelidos pela orientação sexual, pela aparência, pela religião. Sendo depreciado constantemente por ser diferente”*.

Parece que a discussão e o vídeo de alguma forma empoderaram os estudantes, deixando-os mais seguros para autoafirmarem suas identidades e se posicionarem com relação a temática, isso é possível perceber nas falas, a (aluna B - 3º ano), por exemplo, teria escrito que não teria sofrido nenhum tipo de preconceito, no segundo questionário, sua fala assim se descreve: *“Sim, por andar de mão com amigas, olhares se voltavam a nós. Representou que eu estava por fora do que realmente os lgbt’s sofrem”*. O fato dela ter descrito uma experiência demonstra o impacto que a mesma teve e que o silenciamento disputou lugar com a sua fala, ela descreve uma realidade referindo-se às amigas, o que pode ter sido uma opção dela, não expondo sua experiência, mas demonstra como o contato com outras pessoas que tenham vivenciado uma experiência parecida acaba aproximando e proporcionando maior espaço e/ou confiança.

O questionário também serviu de uma espécie de desabafo, como é possível perceber na contribuição da (aluna G - 3º ano), no primeiro questionário, ela escreve que teria sofrido preconceito pela condição financeira e pelo tom de sua pele, após a discussão e o debate ela acrescenta: *“Já, pela minha condição financeira, pelo tom da minha pele. Inclusive dos meus pais que consideram uma abominação a ideia de que eu possa gostar de uma menina”*. Ou seja, é uma situação de preconceito e discriminação triplicado, e aqui caberia questionar, quais espaços essa estudante teria para discutir sobre esta temática, para conhecer pessoas que comungam da mesma realidade, se sua família a abomina e os colegas intensificam tal discriminação? Situação parecida acontece com o (aluno C - 3º ano), que antes escreve que as pessoas julgam rótulos, ressaltando que *“eu e muita gente somos pessoas!”* e depois da discussão salienta: *“Já. Palavras e também olhares direcionados a mim. Por*

simplesmente usar tal roupa e agir de certa maneira. Representou que algumas pessoas são idiotas, e precisam aprender algumas coisas. Como ver além”.

Neste questionário as palavras ofensivas e os olhares ganham direção, o estudante as assume e demonstra o quanto isto o incomoda. Daí podemos presumir o impacto que estas experiências têm na vida destes adolescentes. Outra semelhança está no discurso das (aluna H- 3º ano), que diz ter sofrido preconceito por ser bissexual, escuta piadas machistas, mas nada que a afete de uma forma mais grave, mas assegura que fica chateada, após a discussão e o vídeo, podemos identificar como isso fica visível em sua fala: *“Sim. Olhares, piadas de mal gosto machistas. Sou bissexual e por reconhecer alguns ‘fatores’ homofóbicos tento não dar tanta importância por certas ignorâncias, mas fico magoada”.* Mais um exemplo de autoafirmação é evidente, passando a reconhecer olhares e piadas como homofóbicas e agressivas, embora ela procure não dar importância acaba ficando magoada, aqui percebe-se um dispositivo utilizado pela maioria dos estudantes, o não dar importância, reagindo de maneira a não confrontar a situação, o que gera ainda mais um sentimento de impotência, logo ficam magoados mas não reagem, aprendem a lidar com a discriminação e a violência, não ocupando lugares de vítima.

Por último, na questão sobre o que seria necessário para acabar com a homofobia, os estudantes intensificaram suas respostas após a discussão e o vídeo, o que nos apresenta algumas sugestões, na opinião deles, de como poderíamos acabar com tal realidade, cabe ressaltar alguns posicionamentos, a (aluna D- 3º ano), por exemplo, anteriormente escreve da necessidade de apresentar mais informações, palestras, etc. posteriormente enfatiza: *“Palestras que abordem o assunto, assim como temática em sala de aula, para que assim possamos acabar com isso”.* Colaborando segue a fala da (aluna E - 3º ano), posterior ao vídeo e a discussão: *“Levando pessoas representando a comunidade LGBT nas escolas para apresentar a matéria”*, e ainda as (aluna F- 3º ano) *“Acho que falar mais, ter mais palestras dentro das escolas, para a conscientização, e a questão da homofobia ser criminalizada”.* E (aluna G - 3º ano): *“É aplicar constantemente nas escolas a conscientização de que é normal ser diferente”.* Nas falas destas últimas quatro alunas do 3º ano visualizamos a necessidade do diálogo, todas falam da importância de conhecer a temática, conversar sobre a mesma, convidar pessoas que possam contribuir com o

assunto. Essa é uma das possibilidades apontadas por eles, abordar a temática em questão. O (aluno C - 3º ano) por exemplo, acrescenta à sua fala quase que um pedido, se assim não o for: *“Ainda há esperança na humanidade”*.

O espaço descrito pela maioria mostra-se diferente do descrito pelos demais parecendo não estarem falando do mesmo lugar. É possível observar isso quando a pergunta, se já tinha presenciado alguém sofrendo homofobia no ambiente escolar, e oito das vinte meninas respondeu que não e quatro dos sete meninos também responderam não.

As meninas, dado o número mais expressivo participante, e pela aplicadora ser mulher, parecem ter se sentido mais à vontade para escrever. O fato de não precisar identificar o nome é um elemento que merece atenção, pois este fator possibilita o registro de sentimentos, realidade, experiências e vivências sem julgamentos, logo fica mais tranquilo escrever. Outro fator foi o total desconhecimento das turmas por minha parte. Eu não os conhecia, tampouco suas letras, caligrafia, logo ficaria mais difícil identifica-los. Todos estes elementos podem ter contribuído para que pudessem sentir-se à vontade para expressarem seus sentimentos.

Em nossa análise foi perceptível observar o nível de conhecimento e reflexão da temática das meninas que se dispuseram a responder observamos isso nas suas exposições, bem como, a maioria sofreu algum tipo de preconceito, alguns relatos mostram, constrangimento, vontade de não vir para a aula, tristeza, baixo autoestima... os meninos são comedidos, pouco ou nada falam sobre as experiências que vivenciam. Chama a atenção o pequeno número de meninos nas turmas. Cabe citar que das vinte meninas que preencheram o questionário, treze já sofreram algum tipo de preconceito, dos sete meninos, apenas dois escreveram que já sofreram algum tipo de preconceito. Quando a pergunta foi Você já presenciou alguém sofrendo homofobia no ambiente escolar? Dos vinte e sete alunos que preencheram o questionário dezesseis responderam que sim, ou seja, mais da metade desses alunos presenciaram alguém sofrendo este tipo de preconceito na escola.

Ao dar voz aos alunos temos que ter ciência que críticas também serão expostas nas suas falas podem questionar nossa prática, justamente pelo fato de que suas falas podem questionar a nossa prática e provocar desconforto em relação as concepções que nós, enquanto educadores fomos formando, daí a

importância da leitura, da formação continuada, não como mera titulação, mas como possibilidade de aprendizado, crescimento. Fica evidente a necessidade de trabalharmos estas subjetividades, recursos que também sinalizam para a compreensão do contexto em que fomos educados.

“As subjetividades também são influenciadas pelas relações de gênero que, entre outras relações sociais, definem os modos e os limites pelos quais uma pessoa é educada, tem experiência familiares, afetivas e de trabalho, vê o mundo e a si mesma e é vista pela sociedade, em época e contexto determinados. Porém, se a interpretação subjetiva ocorre numa estrutura fornecida pela cultura, as pessoas podem refletir sobre suas experiências, reformular suas memórias e agir sobre sua situação determinada, podendo até contribuir para uma reestruturação das concepções de gênero”. (PINSKY, 2015, p. 44)

A partir de tais subjetividades é possível identificar expressões de todo tipo de preconceito e discriminação na escola, e aqui, nos detemos à homofobia, percebendo que avançam e ganham corpo tais discriminações e recuam os vitimizados, pois estes acabaram aprendendo a lidar com os insultos. Eles sugerem ações e estas se constituem em práticas bastante simples, somado às ideias desenvolvidas pelos estudantes é possível propor uma abordagem sobre a temática em questão inserida por meio de um processo histórico e para tal a disciplina de história tem muito a contribuir. Como enfatiza Scott (1994), “historicizar gênero, enfatizar os significados variáveis e contraditórios atribuídos à diferença sexual, os processos políticos através dos quais esses significados são construídos, a instabilidade e maleabilidade das categorias “mulheres” e “homens”, e os modos pelos quais essas categorias se articulam em termos da outra, embora de maneira não consistente ou da mesma maneira em cada momento, esse seria o encaminhamento das abordagens históricas. Para Zarbato (2015) é necessário superar a forma de ensinar sobre sexualidade, para a autora este seria o primeiro passo para desconstruir os estereótipos, ensinar que as escolhas e as subjetividades fazem parte do que ensinar sobre gêneros na história.

Destaco aqui a importância da oficina na perspectiva de conteúdo, criticidade e cidadania. Importância como diagnóstico da situação escolar e das violências que ficam invisibilizadas se não houver atenção para esse tipo de relação no processo de ensino e aprendizagem. A mesma teve como objetivo ser um instrumento de ensino, dispondo-se a conhecer o lugar de fala destes

estudantes, oportunizando que expusessem suas realidades resultando num diagnóstico, ainda que inicial, de parte de uma realidade escolar, constituindo-se de uma abordagem realizada em uma determinada escola, restrita ao ensino médio e somente a duas turmas. No entanto, já tivemos material o suficiente para conhecermos a realidade, bem como, para vislumbrarmos de que maneira a disciplina de história pode contribuir nesse processo, inserindo a importância de cada sujeito na história, como sugere Zarbato (2015)

“O sentido que cada sujeito tem na história, suas trajetórias culturais, as relações que se estabelecem no cotidiano, a compreensão das diferenças podem ser analisadas de forma como parte da formação histórica e da consciência histórica, em que se vislumbre a amplitude dos papéis sexuais na história”. (ZARBATO, 2015, p. 63)

Endosso a afirmação já realizada por Zarbato (2015) reafirmando que esse é um dos desafios no ensino de história, inserir nas aulas de história, as discussões sobre as relações de gênero. Num processo mais aprofundando das concepções culturais que permeiam as identidades e diferenças e, de certa forma, impulsionando análises e produção do conhecimento histórico. Este desafio soma-se a necessidade de, como aponta Scott (1994), examinar gênero concretamente, contextualmente e de considerá-lo um fenômeno histórico, produzido, reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo. Esta, precisa ser uma postura familiar e nova de pensar sobre a história. Pois questiona a confiabilidade de termos que foram tomados como auto evidentes, historicizando-os. Dessa forma, a história não é mais a respeito do que aconteceu a homens e mulheres e como eles reagiram a isso, mas sim a respeito de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidades foram construídos. Esta é uma abordagem fundamental para avançarmos no debate aqui proposto, tendo a disciplina de história como possibilidade para a discussão sobre relações de gênero e conhecimento dos processos históricos.

3. A disciplina de história como campo para a discussão sobre as relações de gênero e conhecimento dos processos históricos

Para Colling e Tedeschi (2015) a história pode ser entendida como um discurso, fruto de relações de poder que salientam ou silenciam fatos históricos, estes assim como seus heróis, constituem-se de construções culturais. Cabe ao professor ou professora de história facilitar esse processo, sendo responsáveis por proporcionar tais discussões, porém é também responsável pelo silenciamento das mesmas. Segundo os mesmos autores, Colling e Tedeschi (2015) se faz necessário, nesse sentido, compreender o relato histórico como um mecanismo imerso em relações de poder, assim como qualquer artefato cultural, como qualquer prática cultural, ele nos constrói como sujeitos particulares, específicos, legitimando ou deslegitimando, incluindo ou excluindo sujeitos. Para tanto, Colling e Tedeschi (2015) sugerem algumas interrogações constantes a respeito de que tipo de conhecimentos e grupos sociais estariam incluídos ou excluídos do relato histórico, apresentado pelo ensino da História, que divisões do sujeito gênero, raça, classe são produzidas ou reforçadas pela historiografia, possíveis de serem identificadas nos livros didáticos de História?

Para responder essa questão é necessário, como sugerem Colling e Tedeschi (2015), analisar quem a história convoca ou silencia nos seus textos discursivos e para compreender tal análise utilizamos as contribuições de Margareth Rago;

“Afiml, o que faz o historiador? Para que e para quem busca o acontecido, A partir de que instrumentos, teorias, valores e concepções recorta seus temas, seleciona seu material documental e produz sua reescrita do passado? E, aliás, de que passado se trata? Dos ricos e dos pobres? Dos brancos e dos negros? Das mulheres e dos homens especificamente considerados? Das crianças e dos adultos? Ou do de uma figura imaginária construída à imagem do branco europeu, pensado como ocidental. (RAGO, 2007, p. 12)

A historiadora Margareth Rago atenta para olharmos os diversos rostos da história e poderíamos aqui destacar, que lugares ocupam em nossa história. São concepções, que o professor pode e deve abordar, fundamentais para a desconstrução do imaginário construído ao longo do tempo, do colonizador branco e europeu. Pois

“Se a história é um reflexo das discriminações, desigualdades e preconceitos instalados na sociedade, poderá também ser um espaço de mudanças. As relações de poder que atravessam a historiografia e os currículos de História que ditam o ensino vão continuar existindo, com certeza. Mas se olharmos o texto histórico como uma verdade estabelecida num certo contexto, e não como uma verdade absoluta e sempre dada, tudo pode ser diferente”. (COLLING; TEDESCHI, 2015, p. 310)

Avançando sobre a temática em questão, a homofobia, para aborda-la precisamos entrar no campo da sexualidade, que na história sempre pareceu difícil, muito reservado a vida privada, o que conhecemos sempre disse respeito aos homens. As mulheres ficaram restritas dos espaços públicos e aos poucos, com a produção historiográfica e de outras áreas do conhecimento, com papéis sendo questionados foram ocupando espaços ditos masculinos. Conhecemos uma história sob a perspectiva do homem, caracterizado como branco, possuidor de bens, pesquisas recentes apresentam a ação das mulheres, e estas, em sua maioria também são brancas.

Para Louro (2004) são muitas as formas de experimentar prazeres e desejos [...] e estes são ensinados na cultura variando de uma para outra e para a autora faz-se relevante refletir sobre eles, com o objetivo de perturbar ou alterar coisas consideradas intoleráveis. Observa-se então a importância de trabalhar o tema no Ensino de História. A maneira como cada comunidade viveu sua sexualidade, os rituais, as simbologias nos ajudam a compreender a organização, o cotidiano e as demais relações existentes em determinado período.

Para BELLO e FELIPE (2009) existem inúmeros mecanismos que, de uma forma ou de outra, dentro e fora da escola, “ensinam” modos de viver não apenas as relações de gênero, mas também o exercício da sexualidade, seus prazeres e desejos, movimentando, dessa maneira, os processos de construção das identidades sexuais. Dessa forma, cabe pontuar o espaço em que a escola está inserida

“Na escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras”. (LOURO, 2000, p. 31 apud Bello; Felipe)

Durante muito tempo, essas discussões ficaram resguardadas, tidas como intocáveis, assim não há como avançar na nossa maneira de pensar e agir, permanecendo na inércia. À medida que estes temas, realidades ganharam espaços, os seus protagonistas também sentiram-se a vontade para aparecer, reivindicando espaços antes inapropriados à eles/elas.

A história, aquela contada por meio dos livros, aquela discutida, ou transmitida na escola, tem um papel fundamental na produção de significados, conceitos e representações do que é aceitável para o masculino e o feminino, criando em determinados períodos estereótipos a serem observados e seguidos, os desviantes deste padrão, quase sempre eram punidos, excluídos do convívio social, embora tenhamos a liberdade para expressar nossos sentimentos, somos reféns da violência e ignorância...

À medida que a história sensibiliza-se para novos temas, e aí o papel do ensino de história tem uma atribuição ainda mais desafiadora, ela possibilita a retomada de certos determinismos e suas ressignificações. Aos educadores cabe buscar o entendimento do que é essa vivência, e de como inserir o estudante neste processo:

“Nosso aluno, cada aluno, tem de ser perceber como um ser social, alguém que vive numa determinada época, num determinado país ou região, oriundo de determinada classe social, contemporâneo de determinados acontecimentos. Ele precisa saber que não poderá nunca se tornar um guerreiro medieval ou um faraó egípcio. Ele é um homem do seu tempo, e isso é uma determinação histórica. Porém, dentro do seu tempo, dentro das limitações que lhe são determinadas, ele possui a liberdade de optar. Sua vida é feita de escolhas que ele, com grau maior ou menor de liberdade, pode fazer, como sujeito de sua própria história e, por conseguinte, da História Social do seu tempo. Cabe ao professor, utilizando-se dos métodos históricos descritos acima, aproximar o aluno dos personagens concretos da História, sem idealização, mostrando que gente como a gente vem fazendo História. Quanto mais o aluno sentir a História como algo próximo dele, mais terá vontade de interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como uma prática que ele se sentirá qualificado e inclinado a exercer. O verdadeiro potencial transformador da História é a oportunidade que ela oferece de praticar a “inclusão histórica”... (Pinsky, 2003, p. 28)

Nessa aproximação, com a História, em que quem a faz é gente como a gente, sugerida por Pinsky (2003), podemos de fato tornar a disciplina de História mais palpável à realidade dos alunos, com mais possibilidades de interação e sentindo-se sujeitos da mesma. Nessa perspectiva destacamos a importância de trabalhar as relações de gênero inserida na disciplina de História como uma

tentativa de conhecer tal universo e minimizar e/ou combater preconceitos e discriminações, existentes dentro da escola, como acompanhamos no capítulo anterior. Pinsky (2015) nos fala de um olhar atento a questões de gênero, o que enriqueceria consideravelmente as aulas de História, enfatizando não somente o sentido da palavra, mas entendendo o conceito e sabendo utiliza-lo:

“O importante não é o aluno aprender a palavra gênero com um novo sentido, mas entender e saber usar o conceito corretamente. O importante é fornecer aos estudantes elementos para um “olhar de gênero”, ou seja, fazer com que eles percebam como o masculino e o feminino têm sido e ainda são representados e, a partir disso, como as sociedades se organizam com base nessas representações”. (PINSKY, 2015, p. 29)

Cabe ressaltar aqui, que não se trata de doutrinação, como é sustentado por muitas pessoas que não tem conhecimento sobre o assunto, mas sim de oferecer ferramentas possíveis para um “olhar de gênero” como apontou Pinsky (2015). Se apresentamos uma história tradicional, de grandes feitos, preconceituosa, branca, segregacional, exclusivamente do homem, do masculino, só reforçamos esses papéis, logo é de se pensar, se as mulheres não fizeram parte desses processos, imagina a comunidade LGBT. Falar sobre LGBT na história, sobre relações de gênero vai muito além de apresentá-los como atuantes em determinados períodos. Mas realizar o reconhecimento de um processo histórico da exclusão desses sujeitos. Se não são citados é por que não existiram? E se existiram onde estavam? Por que a história os esqueceu e/ou os silenciou?

Nesse sentido, para que a escola possa constituir-se em um espaço de diversidade e democracia, se faz necessário compreender que a abordagem desta temática precisa estar inserida por meio de um processo histórico. À medida que a disciplina de história se propõe a abordar os processos históricos levando em consideração as relações de gênero, assim como Pinsky (2015) sugere, é possível que os estudantes enxerguem por meio dessas análises como as ideias, conceitos e afins sobre masculinidade e feminilidade podem ser compreendidas como concepções produzidas, reproduzidas e passíveis de serem transformadas ao longo do tempo. Se cada período, processo histórico for trabalhado utilizando-se desse olhar cuidadoso com as relações de gênero, é possível desenvolver nos estudantes a consciência de que essas relações não

são naturais e inquestionáveis, mas sim produto de um contexto e das relações sociais que o compõe. Logo, fazendo a leitura de que determinadas sociedades se organizavam de determinadas formas, e que, devido as pressões realizadas por grupos organizados, estas realidades puderam ser modificadas, apontando a possibilidade de revisitar períodos e ressignificar lugares tidos como destinados a homens e mulheres. A compreensão destes processos e o conhecimento amplo de realidades já experienciadas por comunidades e sociedades pode diminuir o fardo que carregam grupos marginalizados como o LGBT. Se já em uma primeira aproximação compreendermos, que estas relações existem e como acompanharam o processo que vivenciamos, com uma educação que incluía e discuta tais questões podemos diminuir ou até mesmo erradicar a violência e oferecer espaços acolhedores aos nossos adolescentes nas escolas.

Tais abordagens são fundamentais para que sejam desconstruídos estereótipos do que foi construído historicamente ao feminino e masculino, para isso Pinsky (2015) fala da importância em falar de gênero no curso de História:

“Capacitar os estudantes para perceber a historicidade de concepções, mentalidades, práticas e formas de relações sociais é justamente uma das principais funções das aulas de História. Ao observar que as ideias a respeito do que é “ser homem” e “ser mulher”, os papéis considerados femininos e masculinos ou a condição das mulheres, por exemplo, foram se transformando ao longo da história, (como e por que), os alunos passam a ter uma visão mais crítica de suas próprias concepções, bem como das regras sociais e verdades apresentadas como absolutas e definitivas no que diz respeito às relações de gênero”. (PINSKY, 2015, p. 32 e 33)

As implicações dessas discussões, pode leva-los a identificar como as representações de gênero podem resultar em um ambiente de respeito e dignidade dentro da escola. Isso pode permitir uma ampliação e superação de discursos preconceituosos, homofóbicos. É quando percebemos a necessidade de tornar conhecidas essas relações para deixarem de serem tratadas como tabus ou anormalidades, precisa ser considerada prática cotidiana. Tornar conhecidas, o que não conhecemos, o novo, o que costumamos chamar de diferente, por não pertencer ao nosso cotidiano, passa a ser visto como distante, logo ao tratarmos essas questões como pertencentes a processos históricos, parte de nossa história possibilitamos diferentes formas de ver o mundo,

compreender essas diferentes possibilidades, e este pode ser nosso grande desafio, estamos imersos em uma cultura que delimitou os espaços aceitáveis para homens e mulheres, determinou o que é próprio do feminino e do masculino, uma pisada em falso pode provocar desconforto na masculinidade e feminilidade de qualquer pessoa, já que criamos dispositivos que não nos permitem viver experiências fora desse padrão imposto pela sociedade heteronormativa.

A reflexão sobre as relações de gênero devem perpassar os espaços que primordialmente estão presentes na formação dos sujeitos. Não basta a inclusão de novos temas, que não é o nosso caso, já que retrocedemos em relação a sua discussão nas escolas. São necessárias mudanças em todas as estruturas, por exemplo, incluímos a homofobia, as relações de gênero nos currículos, no entanto em nossas práticas diárias, promovemos a exclusão, como acontece nas aulas de Educação Física, na formação das filas, nas cores, brinquedos, etc. é necessária uma mudança estrutural, comportamental, organizacional e na expressão dos professores. Postura crítica, atitude reflexiva e aberta. Somos seres imbuídos de concepções culturais o que dificulta nosso diálogo na maioria das vezes.

É recorrente pensarmos essas situações na busca por reflexões que nos apontem soluções. O grande problema é que na maioria das vezes pensamos esse processo em dissonância de nosso público-alvo. Mesmo discordando, em qualquer momento da vida precisamos ser estes agentes transformadores, acabamos esperando por eles, se eles tiveram com que compartilhar esses anseios esses processos acontecem com mais dinamismo e concretude. Se acreditamos serem eles, os estudantes, agentes transformadores de nossa sociedade, faz-se necessário ouvi-los, pensar com eles. Enfim interagir com os estudantes. Pensar os estudantes como sujeitos desta discussão, utilizar suas experiências e falas como elementos para trabalhar a questão, questionar, por exemplo, como percebem essa questão nas disciplinas? Em especial na disciplina de história, que tipo de relações observam, o que predomina, prevalece, são relações heteronormativas, a mulher tem espaço, o público LGBT é reconhecido, mencionado como sujeitos históricos, participantes e atuantes deste processo? É necessário ir além oferecendo condições para compreender que

“O processo histórico que legitima as concepções sobre as normatizações e padrões de comportamento entre homens e mulheres, carrega ainda, na sociedade, diferentes estigmas para aqueles que não se enquadram no modelo patriarcal. Assim, a lógica que guia os discursos sociais, o tratamento pejorativo para ‘mulheres’, ‘homossexuais’, ou qualquer outro termo que conote uma visão desqualificadora do outro. Assim, a ideia de heteronormatividade retira a singularidade desses sujeitos ao representá-los como alguém que “deformou”, “perdeu”, “minimizou”, o seu gênero original”. (LOURO,2009 apud Zarbato)

Compreender o papel do jovem/ adolescente enquanto sujeito histórico, como agente transformador de sua realidade, este ideal só alcança sua concretude à medida que as estruturas em que este jovem/ adolescente está inserido também estejam sendo revisitadas e abertas a esse diálogo.

Quando os estudantes sugerem palestras, conversas como forma de conscientização sobre a temática, não podem apenas por falas eventuais, ou atividades que na maioria das vezes tem por finalidade atender discussões que abordem o mês da homoafetividade, do dia nacional da visibilidade lésbica, enfim... temos essa prática nas escolas, queremos trabalhar diferentes temas, apagando incontáveis incêndios, no entanto não nos damos conta que deixamos abertas feridas que causamos ao provocarmos estes incêndios.

“Desta forma, a concepção de abordagem sobre as questões de gênero, pode ultrapassar as prescrições do currículo formal, ampliando os elementos, de análise sobre as relações que são imprimidas para alunos e alunas, famílias e professores e professoras. Em que as discriminações de gênero, bem como as equidades de gênero sejam elementos presentes na formação dos sujeitos”. (ZARBATO, 2015, p. 55)

Me utilizo de um exemplo clássico que vem à mente: quando trabalhamos consciência negra, normalmente no mês de novembro. Na disciplina de história, esta uma temática que deve ser o eixo central, e fazer parte de todas as discussões, logo não pode ser uma atividade eventual, como sugerem Colling e Tedeschi (2015)

“Parafraseando Bourdieu, entendemos que com o ensino de História é preciso “descolonizar a história”, é preciso libertar a história dos emaranhados do poder, desconstruir o processo de naturalização do qual ela foi sempre vítima. Desconstruir um objeto histórico é simplesmente mostrar a sua historicidade, mostrar como ele foi construído. Ao olharmos para o currículo sem a inocência de antes, podemos incorporar os sujeitos historicamente marginalizados na história, dispensando as “datas comemorativas” superficialmente

multiculturais como o dia do índio, o dia da mulher, do negro e outros afins”. (COLLING; TEDESCHI, 2015, p. 311 e 312)

Urge que nos espaços onde esta prática já é realizada, que esta seja intensificada e ampliada, e que nos espaços onde ainda não se conseguiu avançar que sejamos empreendedores de tal prática, fornecendo aos estudantes elementos para um “olhar de gênero”, fazendo com que eles percebam como o masculino e o feminino têm sido e ainda são representados e, a partir disso, como as sociedades se organizam com base nessas representações, como sugere Pinsky (2015), oportunizando essas discussões estamos falando das questões de gênero.

“Não há mais como negar a importância em problematizar as questões de gênero na aula de História, são muitas experiências, subjetividades, concepções, grupos culturais, espaços e representações sociais que podem permitir uma ampliação e superação de discursos homofóbicos, segregacionistas, preconceituosos sobre as pessoas, suas escolhas e as diferenças sociais e culturais”. (ZARBATO, 2015, p. 53)

Precisamos intensificar ações sistemáticas que ofereçam espaços para que nossos adolescentes e jovens sintam-se cada vez mais incluídos e acolhidos na escola, como sujeitos da história e de suas histórias, Zarbato, (2015) apresenta algumas possibilidades como investir em diferentes narrativas, abordagens, fontes históricas, materiais didáticos, livros didáticos ou outra forma de analisar e fundamentar as concepções das relações de gênero na aula de história. Possibilidades que transformem e contribuam para um ensino de história mais crítico, capaz de colaborar na formação de sujeitos conscientes e responsáveis, capazes de refletir crítica e historicamente processos e concepções que lhes serão apresentados. Oferecendo as condições para compreender as rupturas que a história pode influenciar, como também entendendo as continuidades, que por vezes, são frutos destes processos. Fica registrado aqui que este desafio permanece.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste fecho busco refletir sobre a urgência em trabalharmos tal temática na escola, sobretudo no ensino de história, para que a escola não acabe tornando-se um espaço que não acolha, não cria condições para que nossos estudantes cresçam intelectualmente sem precisar esconder ou fingir quem são e o que sentem. Afinal, para que frequentar um espaço onde não sou levado a sério, onde meus sentimentos e minhas inquietações são tratados como fase? como período, tratando a adolescência/ juventude como transição, como uma etapa preparatória, em que tudo o que eu faça precisa estar direcionado ao futuro que quero ter, para ser alguém e ser feliz, no entanto ninguém me pergunta se nesse momento estou me sentindo bem.

Precisamos tratar desse momento da vida de nossos adolescentes com seriedade e maturidade, oportunizando espaços de diálogos, debate, construções que colaborem com o conhecimento de seus sentimentos, suas fragilidades, seus limites. Primordialmente a escola se constituiu em um lugar de sociabilização, e quando expressamos isso lembramos o quanto nossos alunos gostam da conversa, dos grupos, da integração e na maioria das vezes vamos na contramão disso, preferindo que não conversem, que não se aproximem. Numa análise realizada por Dayrell (2001) 4 em cada 5 alunos nos dirá que gosta de ir à aula porque encontra os amigos, esses encontros constroem relações que possibilitam a conversa, o diálogo, as descobertas, as partilhas de experiências.

A escola precisa estar atenta para oferecer esses espaços, bem como construí-los, estar aberta as opiniões e sugestões dos estudantes, pensar atividades junto com eles e não para eles, num processo participativo e colaborativo, quando são tratados como responsáveis, percebendo que consideramos importantes suas contribuições, a adesão e participação nesses projetos tornam-se mais eficazes. O questionário pode ser um dos nossos indicadores, apontando a necessidade de trabalhar diferentes temáticas, pode-se criar grupos para analisar estes questionários e propor métodos de discussões com os alunos.

Evidenciamos aqui a validade de nossa proposta quando propõe-se a discutir de que forma a disciplina de história pode contribuir na compreensão das relações de gêneros enquanto produto de processos históricos, passíveis de questionamentos, interrogações. Bem como, como sugere Pinsky (2015), proporcionar aos estudantes condições para perceberem a historicidade de concepções, mentalidades, práticas e formas de relações sociais, como uma das principais funções da disciplina história. Contribuindo dessa forma, para tornar a escola um lugar de diálogo, de construções e desconstruções, oportunizando aos estudantes uma visão crítica das próprias concepções que estes formaram até então. Podendo ser um elemento que corrobore na diminuição de preconceitos, agressões transformando a escola em um lugar onde seja possível conviver com a diversidade. Atentamos para a necessidade de tornar esse tipo de atividade perene nos currículos até a formação de uma geração de professores de diversas áreas que não reproduzam e legitimem uma sociedade marcada pela violência e preconceito.

FONTES

Entrevistas realizadas com os estudantes do 1º e 3º ano do Ensino Médio de uma escola da rede estadual de Pelotas-RS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CLIPPING. Coordenadoria de Comunicação Social. **Pesquisa UFSCar – Campus Sorocaba.** Disponível em: <http://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=38674>.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. **O Ensino da História e os estudos de Gênero na historiografia brasileira.** História e Perspectivas. Uberlândia, v. 28, n. 53, p. 295-314, jan./jun. 2015.

COSTA, A. C. **A história sem homofobia: desconstruindo práticas e narrativas do cotidiano escolar.** Caderno Didático Pedagógico. Programa de Desenvolvimento educacional (PDE). Curitiba: Superintendência da Educação – SUED, 2014.

DAYRELL, Juarez. A Escola como Espaço Sócio-cultural. In: DAYRELL, Juarez (org.): **Múltiplos olhares: Sobre educação e cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 1996.

E SE FOSSE COM VOCÊ? (Porque criminalizar a homofobia?). Direção e Produção: Põe na Roda. Documentário, 6'26". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KXYtmju2mkw>>. (acesso em julho de 2017).

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (org.) **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINSKY, Carla Bassanezi. Gênero. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.): **Novos temas nas aulas de História.** São Paulo: Contexto, 2015.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. O QUE É COMO ENSINAR. Por uma história prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro (org.): **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas.** São Paulo: Contexto, 2003.

RAGO, Margareth. A história repensada como ousadia. In: JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2007.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SEFFNER, Fernando; PICCHETTI, Yara de Paula. **A quem tudo quer saber, nada se lhe diz: uma educação sem gênero e sem sexualidade é desejável?** Reflexão e Ação (online), Santa Cruz do Sul, UNISC, v. 24, p. 61-81, 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/6986>>. (acesso em setembro de 2017)

SEFFNER, Fernando. **Escola pública e professor como adulto de referência: indispensáveis em qualquer projeto de nação**. Educação Unisinos, São Leopoldo, Unisinos, v. 20, p. 48-57, 2016. Disponível em :<<http://www.revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/9284>> (acesso em agosto de 2017)

SEFFNER, Fernando. **Tem nexos não falar sobre sexo na escola?** Revista textual, SINPRO/RS, v. 1, n. 25, p. 22-29, 2017.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. **As estratégias do uso do Gênero no ensino de História: narrativa histórica e formação de professoras**. Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v. 4, n. 8, jan-jun, 2015. P. 49-65.